

COMUNICADO À IMPRENSA

Comunidades Locais lançam Fórum Global e reivindicam reconhecimento político na COP30

Belém (Brasil), novembro de 2025 — Pela primeira vez na história da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), lideranças de comunidades locais de **África, Ásia, América Latina e Caribe** se reuniram em Belém para consolidar um espaço político próprio e permanente dentro das negociações climáticas: o **Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudanças Climáticas (GFLCCC)**.

O Fórum nasce do acúmulo de anos de mobilização territorial, cooperação internacional e construção coletiva. Organizações comunitárias, redes de base e lideranças tradicionais chegaram à COP30 com um propósito comum: **afirmar-se como sujeitos de direitos, guardiões da biodiversidade e atores essenciais para soluções climáticas baseadas em territórios, conhecimentos tradicionais e modos de vida sustentáveis**.

Um processo de auto-organização legítimo

O Fórum é fruto de consultas globais realizadas ao longo de 2024–2025 e de diálogos inter-regionais intensificados nos primeiros dias da COP30. As representações presentes aprovaram princípios, critérios de autodefinição e mecanismos de governança que estruturam o recém-criado **Caucus Internacional de Comunidades Locais** — uma arquitetura política autônoma, plural, paritária e independente de governos.

Foram definidos **critérios comuns de autoidentificação** das Comunidades Locais, entre eles:

- **vínculo territorial coletivo**, incluindo os povos de mobilidade territorial (pastoralistas, nômades, outras comunidades móveis e transumantes);
- **autogoverno** e formas comunitárias de tomada de decisão;
- **ancestralidade, memória coletiva, conhecimento local e transmissão de conhecimentos**;
- **modos de vida que conservam ecossistemas e sustentam a biodiversidade**;
- **identidade distinta**, com práticas tradicionais, não dependente de reconhecimento estatal formal.

A governança do Fórum contará com uma **coordenação política global eleita (2025–2027)** pelas três regiões:

Nigéria e Camarões (África), Nepal e Indonésia (Ásia), México e Brasil (América Latina e Caribe).

Reconhecimento político: uma demanda urgente

As organizações destacam que, embora as comunidades locais desempenhem papel estratégico na conservação dos territórios de vida e na inovação em adaptação climática, **a UNFCCC ainda não assegurou representação formal** para esse grupo — apesar da previsão, feita em 2018 (COP24), de criação de três vagas para Comunidades Locais no Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (FWG LCIPP).

Segundo Samuel Caetano, líder geraizeiro e representante do Fórum:

“Não há justificativa moral, política ou técnica para a exclusão atual. O tempo das promessas passou. Agora é tempo de coerência e coragem institucional.”

Já Gustavo Sánchez, da Red Mocaif (México), reforça que o Fórum representa um avanço histórico:

“Chegamos com maturidade organizativa e pedimos que as Partes reconheçam esse esforço e garantam participação direta.”

Demandas entregues ao Presidente da COP30 e ao Secretariado da UNFCCC

O Fórum apresentou uma carta oficial ao Presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago, e ao Secretariado da UNFCCC com cinco solicitações centrais:

1. **Reconhecimento formal do Fórum Global como interlocutor legítimo da UNFCCC.**
2. **Criação de canais oficiais de comunicação direta** entre o Fórum, a Presidência da COP, o Secretariado e a LCIPP.
3. **Inclusão imediata do Fórum** no diálogo mandatado pela Decisão 14/CP.29 sobre participação de comunidades locais.
4. **Ativação das três vagas destinadas às Comunidades Locais no FWG da LCIPP**, com representantes indicados exclusivamente pelo Fórum/Caucus por meio de um processo de autoneomeação.
5. **Apoio para garantir presença efetiva das regiões do Sul Global**, superando barreiras financeiras, linguísticas e de mobilidade.

Essas demandas foram reforçadas em reunião estratégica com o **Relator Especial da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas, Dr. Albert Barume**, que reconheceu a legitimidade e relevância política da articulação.

Um marco para justiça climática e democratização da governança global

A criação do Fórum Global representa um **marco político sem precedentes** na história da COP do Clima, sinalizando um novo capítulo para a participação de comunidades que, apesar de marginalizadas institucionalmente, também estão na linha de frente da crise climática — enfrentando secas, incêndios, enchentes, racismo ambiental e ameaças contra seus defensores de território.

Guilherme Eidt, do Instituto, Sociedade, População e Natureza (ISPN), resume o espírito do processo:

“A força do novo Caucus depende da autonomia. Só um espaço autodefinido pode garantir legitimidade e representatividade real.”

As organizações destacam que este é apenas o primeiro passo. O Fórum continuará mobilizado para consolidar o reconhecimento formal de uma **constituency de Comunidades Locais** dentro da UNFCCC, ampliar o acesso direto a financiamento climático e fortalecer a participação plena e efetiva nos processos globais.

Sobre o Fórum Global de Comunidades Locais

O GFLCCC reúne organizações como REFACOF, FECOFUN, Rede Cerrado, Utz Che', Red Mocaf, Green Foundation Nepal, Women Rights and Resource Network (WRRN), CORET, CNS, MIQCB, CAA, entre muitas outras.

O ISPN, juntamente com parceiros internacionais, atua como apoio técnico à consolidação desse esforço político.

Para entrevistas, informações adicionais e materiais de imprensa:

Gustavo Sanchez - svallegustavo@gmail.com / +52 55 44889920

Samuel Caetano - samuel@caa.org.br / +55 38 999284177

Cécile Ndjebet - cecilendjebet28@gmail.com / +237 67 7863599

Bharati Pathak - bharatipathak_2006@yahoo.com / +977 98 51113829

Alhassan Jaoji - jaoji13@gmail.com / +234 80 54333708